

EDITAL VERTICALIZADO

TJ-RJ

ANALISTA JUDICIÁRIO - SEM ESPECIALIDADE



**A CASA DO
SIMULADO**

praticar é a chave!

CONCURSO DE TJ-RJ

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – SEM ESPECIALIDADE

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME: SEM DATA (CONCURSO SUSPENSO).

BANCA: Cebraspe.

DURAÇÃO: 5 horas

FASES DO CONCURSO:

- a) provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório;
- c) avaliação de títulos, de caráter classificatório.

PROVAS OBJETIVAS

NÚMERO DE QUESTÕES: 60 - Estilo de múltipla escolha.

- 20 questões de Conhecimentos Gerais;
- 40 questões de Conhecimentos Específicos.

PONTUAÇÃO: 60 pontos.

Será reprovado nas provas objetivas e eliminado do concurso público o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos itens a seguir:

- a) obter nota inferior a **10,00 pontos** na prova objetiva de **conhecimentos gerais P1**;
- b) obter nota inferior a **20,00 pontos** na prova objetiva de **conhecimentos específicos P2**;

PROVA DISCURSIVA

A prova a discursiva consistirá da redação de texto dissertativo, de até 30 linhas, a respeito de temas relacionados aos conhecimentos específicos do cargo de Analista Judiciário – Sem Especialidade.

PONTUAÇÃO: 40 pontos.

- *O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, com **caneta esferográfica de tinta preta** fabricada em material transparente.*
- *A prova discursiva avaliará o conteúdo (conhecimento do tema), a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal da Língua*

Portuguesa. O candidato deverá produzir, conforme o comando formulado pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.

- *A prova discursiva de cada candidato será submetida a duas avaliações: uma avaliação de conteúdo e uma avaliação do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.*

A prova discursiva será corrigida conforme os critérios a seguir.

- a) A apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 40,00 pontos.
 - b) A avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos de natureza gramatical, tais como: grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular.
 - c) Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido.
 - d) Será calculada, então, a nota na prova discursiva (NPD) pela fórmula $NPD = NC - 8 \times NE \div TL$, em que TL corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato.
 - e) Será atribuída nota zero ao texto que obtiver $NPD < 0,00$.
 - f) Nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota no texto igual a zero.
- *Será aprovado na prova discursiva o candidato que obtiver $NPD \geq 20,00$ pontos.*

LÍNGUA PORTUGUESA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.					
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.					
3 Domínio da ortografia oficial.					
3.1 Emprego das letras.					
3.2 Emprego da acentuação gráfica.					
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.					
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual.					
4.2 Emprego/correlação de tempos e modos verbais.					
5 Domínio da estrutura morfossintática do período.					
5.1 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.					
5.2 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.					
5.3 Emprego dos sinais de pontuação.					
5.4 Concordância verbal e nominal.					
5.5 Emprego do sinal indicativo de crase.					
5.6 Colocação dos pronomes átonos.					
6 Reescritura de frases e parágrafos do texto.					
6.1 Substituição de palavras ou de trechos de texto.					
6.2 Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade.					

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei Estadual nº 6.956/2015.					
2 Decreto-Lei nº 220/1975 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro).					
3 Decreto nº 2.479/1979 e suas alterações (Regulamenta o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro).					
4 Lei Estadual nº 4.620/2005 e suas alterações (Dispõe sobre a unificação e a reestruturação dos Quadros de Pessoal e institui a carreira de serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro).					
5 Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, parte judicial: Livro I – Parte Geral.					
5.1 Da Corregedoria Geral da Justiça.					
5.1.1 Da Estrutura e do funcionamento: dos Atos Normativos; dos meios de comunicação entre os serviços judiciários.					
5.1.2 Da função correicional: das correições, fiscalizações e inspeções: da responsabilidade disciplinar.					
5.1.3 Dos Recursos.					
5.1.4 Dos Deveres: dos deveres dos Responsáveis pelo gerenciamento das Serventias; do horário de trabalho; da ausência do Chefe de Serventia e da vacância da função; da utilização do sistema de processamento de dados; da expedição de certidões.					
5.1.5 Das Custas Judiciais: disposições gerais; do recolhimento das custas e a certificação pelas serventias judiciais.					
6 Regimento Interno do TJRJ.					
6.1 Da competência.					
6.1.1 Do Tribunal Pleno e do Órgão Especial.					
6.1.2 Do Conselho da Magistratura.					

7 Resolução Órgão Especial no 01/2017; Anexo Consolidado: Anexo XXXIX Da Estrutura Organizacional do Poder Judiciário, Título I Da Administração Superior; Capítulo I Da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Seção I Do Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça; Seção II Do Gabinete da Presidência; Seção III Dos Núcleos Regionais; Capítulo II Da Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial; Capítulo III Do Conselho da Magistratura; Seção I Da Secretaria do Conselho da Magistratura; Capítulo IV Da Corregedoria-Geral da Justiça.

--	--	--	--	--

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015).					
2 Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000).					
3 Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (Lei nº 10.048/2000).					

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Ética e moral.					
2 Ética, princípios e valores.					
3 Ética e democracia: exercício da cidadania.					
4 Ética e função pública.					
5 Ética no setor público.					
6 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.					
6.1 Disposições gerais.					
6.2 Atos de improbidade administrativa.					
7 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações.					

DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Estado, governo e administração pública.					
1.1 Conceitos.					
2 Direito administrativo.					
2.1 Conceito.					
2.2 Objeto.					
2.3 Fontes.					
3 Ato administrativo.					
3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.					
3.2 Extinção do ato administrativo.					
3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.					
3.3 Decadência administrativa.					
4 Agentes públicos.					
4.1 Conceito.					
4.2 Espécies.					
4.3 Cargo, emprego e função pública.					
4.3.1 Provimento.					
4.3.2 Vacância.					
4.3.4 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.					
4.4 Remuneração.					
4.5 Direitos e deveres.					
4.6 Responsabilidade.					
4.7 Processo administrativo disciplinar.					
4.8 Disposições constitucionais aplicáveis.					
5 Poderes da administração pública.					
5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.					

5.2 Uso e abuso de poder.					
6 Regime jurídico-administrativo.					
6.1 Conceito.					
6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.					
7 Responsabilidade civil do Estado.					
7.1 Evolução histórica.					
7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.					
7.3 Responsabilidade por omissão do Estado.					
7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.					
7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.					
7.6 Reparação do dano.					
7.7 Direito de regresso.					
8 Serviços públicos.					
8.1 Conceito.					
8.2 Elementos constitutivos.					
8.3 Formas de prestação e meios de execução.					
8.4 Delegação.					
8.4.1 Concessão, permissão e autorização.					
8.5 Classificação.					
8.6 Princípios.					
9 Organização administrativa.					
9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.					
9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor.					
9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.					
10 Controle da administração pública.					
10.1 Controle exercido pela administração pública.					
10.2 Controle judicial.					

10.3 Controle legislativo.					
10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).					
11 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).					
12 Licitações e contratos administrativos.					
12.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.					

DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Aplicabilidade das normas constitucionais.					
1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.					
1.2 Normas programáticas.					
2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.					
2.1 Princípios fundamentais.					
2.2 Direitos e garantias fundamentais.					
2.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.					
2.2.2 Dos Direitos Sociais.					
2.2.3 Da Nacionalidade.					
2.2.4 Dos Direitos Políticos.					
2.2.5 Dos Partidos Políticos.					
2.3 Organização político-administrativa do Estado.					
2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.					
2.4 Poder Legislativo.					
2.4.1 Do Congresso Nacional e suas Atribuições.					
2.4.2 Da Câmara dos Deputados e dos Deputados.					
2.4.3 Do Senado Federal e dos Senadores.					
2.4.4 Das Reuniões e das Comissões.					
2.4.5 Do Processo Legislativo.					
2.4.6 Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.					
2.5 Poder Executivo.					
2.5.1 Do Presidente e do Vice-Presidente da República.					
2.5.2 Das Atribuições e Responsabilidades do Presidente da República.					
2.5.3 Da Responsabilidade do Presidente da República.					
2.5.4 Dos Ministros de Estado.					

2.5.5 Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.					
2.6 Poder Judiciário.					
2.6.1 Disposições gerais.					
2.6.2 Órgãos do poder Judiciário.					
2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.					
2.7 Funções essenciais à justiça.					
2.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.					

DIREITO CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.					
1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.					
1.2 Conflito das leis no tempo.					
1.3 Eficácia das leis no espaço.					
2 Pessoas naturais.					
2.1 Conceito.					
2.2 Início da pessoa natural.					
2.3 Personalidade.					
2.4 Capacidade.					
2.5 Direitos da personalidade.					
2.6 Nome civil.					
2.7 Estado civil.					
2.8 Domicílio.					
2.9 Ausência.					
3 Pessoas jurídicas.					
3.1 Disposições Gerais.					
3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores.					
3.3 Constituição.					
3.4 Extinção.					
3.5 Capacidade e direitos da personalidade.					
3.6 Sociedades de fato.					
3.7 Associações.					
3.8 Sociedades.					
3.9 Fundações.					
3.10 Grupos despersonalizados.					

3.11 Desconsideração da personalidade jurídica.					
3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.					
4 Bens.					
4.1 Diferentes classes.					
4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.					
4.3 Bens no comércio e fora do comércio.					
5 Fato jurídico.					
6 Negócio jurídico.					
6.1 Disposições gerais.					
6.2 Classificação e interpretação.					
6.3 Elementos.					
6.4 Representação.					
6.5 Condição, termo e encargo.					
6.6 Defeitos do negócio jurídico.					
6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.					
6.8 Simulação.					
7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.					
8 Prescrição e decadência.					
9 Prova do fato jurídico.					
10 Contratos.					
10.1 Princípios.					
10.2 Classificação.					
10.3 Contratos em geral.					
10.4 Disposições gerais.					
10.5 Interpretação.					
10.6 Extinção.					
10.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.					

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).					
2 Normas processuais civis.					
3 A jurisdição.					
4 A Ação.					
4.1 Conceito, natureza, elementos e características.					
4.2 Condições da ação.					
4.3 Classificação.					
5 Da Cooperação Internacional.					
5.1 Disposições gerais.					
5.2 Do auxílio direto.					
5.3 Da carta rogatória.					
6 Da Competência.					
6.1 Disposições gerais.					
6.2 Da modificação da competência.					
6.3 Da incompetência.					
7 Pressupostos processuais.					
8 Preclusão.					
9 Sujeitos do processo.					
9.1 Capacidade processual e postulatória.					
9.2 Deveres das partes e procuradores.					
9.3 Procuradores.					
9.4 Sucessão das partes e dos procuradores.					
9.5 Litisconsórcio.					
10 Intervenção de terceiros.					
11 Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça.					

11.1 Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do Juiz.					
11.2 Dos Impedimentos e da Suspeição.					
11.3 Dos Auxiliares da Justiça.					
12 Ministério Público.					
13 Advocacia Pública.					
14 Defensoria Pública.					
15 Atos processuais.					
15.1 Forma dos atos.					
15.2 Tempo e lugar.					
15.3 Prazos.					
15.4 Comunicação dos atos processuais.					
15.5 Nulidades.					
15.6 Distribuição e registro.					
15.7 Valor da causa.					
16 Tutela provisória.					
16.1 Tutela de urgência.					
16.2 Disposições gerais.					
17 Formação, suspensão e extinção do processo.					
18 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.					
18.1 Procedimento comum.					
18.2 Disposições Gerais.					
18.3 Petição inicial.					
18.3.1 Dos requisitos da petição inicial.					
18.3.2 Do pedido.					
18.3.3 Do indeferimento da petição inicial.					
18.4 Improcedência liminar do pedido.					
18.5 Da conversão da ação individual em ação coletiva.					
18.6 Da audiência de conciliação ou de mediação.					

18.7 Contestação, reconvenção e revelia.					
18.8 Providências preliminares e de saneamento.					
18.9 Julgamento conforme o estado do processo.					
18.10 Da audiência de instrução e julgamento.					
18.11 Provas.					
18.12 Sentença e coisa julgada.					
18.13 Cumprimento da sentença e sua impugnação.					
19 Teoria Geral dos Recursos.					
19.1 Dos recursos.					
19.2 Disposições gerais.					
19.3 Da apelação.					
19.4 Do agravo de instrumento.					
19.5 Do agravo interno.					
19.6 Dos Embargos de Declaração.					
19.7 Dos recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.					
20 Do Processo de execução.					
21 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.					
22 Mandado de segurança.					
23 Ação popular.					
24 Ação civil pública.					
25 Ação de improbidade administrativa.					
26 Lei nº 11.419/2006 (Processo Judicial Eletrônico).					

DIREITO PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal.					
2 Aplicação da lei penal.					
2.1 A lei penal no tempo e no espaço.					
2.2 Tempo e lugar do crime.					
2.3 Interpretação da lei penal.					
2.4 Analogia.					
2.5 Irretroatividade da lei penal.					
2.6 Conflito aparente de normas penais.					
3 Ilícitude.					
4 Culpabilidade.					
5 Concurso de Pessoas.					
6 Penas.					
6.1 Espécies de penas.					
6.2 Cominação das penas.					
7 Ação penal.					
8 Punibilidade e causas de extinção.					
9 Prescrição.					
10 Crimes contra a fé pública.					
11 Crimes contra a Administração Pública.					
12 Lei nº 13.869/2019 (Abuso de autoridade).					
13 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro).					
14 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.					
15 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 8.666/1993 e suas alterações).					
16 Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000).					

DIREITO PROCESSUAL PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Processo penal brasileiro; processo penal constitucional.					
2 Sistemas e princípios fundamentais.					
3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.					
3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.					
4 Fase pré-processual.					
4.1 Inquérito policial.					
5 Processo, procedimento e relação jurídica processual.					
5.1 Elementos identificadores da relação processual.					
5.2 Formas do procedimento.					
5.3 Princípios gerais e informadores do processo.					
5.4 Pretensão punitiva.					
5.5 Tipos de processo penal.					
6 Ação penal.					
7 Ação civil Ex Delicto.					
8 Jurisdição e competência.					
9 Questões e processos incidentes.					
10 Prova.					
11 Do Juiz, do Ministério Público, Do Acusado e Defensor, Dos Assistentes e Auxiliares da Justiça.					
12 Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações).					
13 Citações e intimações.					
14 Atos processuais e atos judiciais.					
15 Do processo comum.					
15.1 Da Instrução criminal.					
15.2 Do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri.					

15.2.1 Da acusação e da instrução preliminar.					
15.2.2 Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária.					
15.2.3 Da preparação do processo para julgamento em plenário.					
15.2.4 Do alistamento dos jurados.					
15.2.5 Do desaforamento.					
15.2.6 Da organização da pauta.					
15.2.7 Do sorteio e da convocação dos jurados.					
15.2.8 Da função do jurado.					
15.2.9 Da composição do tribunal do júri e da formação do conselho de sentença.					
15.2.10 Da reunião e das sessões do tribunal do júri.					
15.2.11 Da instrução em plenário.					
15.2.12 Dos debates.					
15.2.13 Do questionário e sua votação.					
15.2.14 Da sentença.					
15.2.15 Da ata dos trabalhos.					
15.2.16 Das atribuições do presidente do tribunal do júri.					
15.3 Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular.					
16 Dos processos especiais.					
16.1 Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.					
16.2 Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular.					
16.3 Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial.					
16.4 Do processo sumário.					
16.5 Do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos.					
16.6 Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso.					
17 Lei nº 8.038/1990 – normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).					
18 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais).					

19 Prazos.					
19.1 características, princípios e contagem.					
20 Nulidades.					
21 Recursos em geral.					
22 Habeas corpus e seu processo.					
23 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal).					
24 Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.					
25 Disposições gerais do Código de Processo Penal.					

LEGISLAÇÃO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro Parte Judicial.					
1.1 Parte Geral.					
1.1.1 Da Corregedoria Geral de Justiça.					
1.1.1.1 Da estrutura e do funcionamento.					
1.1.1.1.1 Dos atos normativos.					
1.1.1.1.2 Dos órgãos e funções de assessoramento e execução.					
1.1.1.1.3 Da distribuição de feitos: dos Registros de Distribuição; das buscas; das certidões de distribuição de feitos judiciais; dos Livros de Registro de Distribuição; dos fichários e arquivamento; do Serviço de Distribuição; da Distribuição por processamento eletrônico de dados; da paralisação do sistema de informática da Distribuição; do pré-cadastramento, das anotações no Registro de Distribuição; das medidas cautelares de caráter sigiloso; do Projeto Violeta e protocolo Violeta-Laranja.					
1.1.1.1.4 Do recebimento e encaminhamento de petições e documentos: do Protocolo Geral de Varas (PROGER); do recebimento de petições e documentos; do encaminhamento de petições e documentos; do Protocolo Integrado; da utilização do Serviço de Malote.					
1.1.1.1.5 Dos meios de comunicação entre serviços judiciários: disposições gerais; da comunicação por fax.					
1.1.1.2 Da estatística, supervisão e delegação de funções.					
1.1.1.2.1 Da estatística das serventias.					
1.1.1.2.2 Da supervisão e delegação de funções.					
1.1.1.3 Da função correicional.					
1.1.1.3.1 Das correições, fiscalizações e inspeções: da responsabilidade disciplinar.					
1.1.1.4 Dos recursos.					
1.1.1.5 Dos magistrados.					
1.1.1.5.1 Das disposições gerais.					
1.1.1.5.2 Dos processos sigilosos administrativos de reclamações e representações judiciais.					
1.1.1.6 Dos deveres.					

1.1.1.6.1 Dos deveres dos responsáveis pelo gerenciamento das serventias.					
1.1.1.6.2 Do horário de trabalho.					
1.1.1.6.3 Da ausência do chefe de serventia e da vacância da função.					
1.1.1.6.4 Da utilização do sistema de processamento de dados.					
1.1.1.6.5 Da expedição de certidões.					
1.1.1.7 Das custas judiciais.					
1.1.1.7.1 Disposições gerais.					
1.1.1.7.2 Do recolhimento das custas e a certificação pelas serventias judiciais.					
1.2 Foro Judicial.					
1.2.1 Dos Serviços Judiciais.					
1.2.1.1 Das Escrivanias.					
1.2.1.1.1 Da Administração Interna: do Processamento Integrado e do Chefe de Serventia a Da carta precatória eletrônica.					
1.2.1.1.2 Das Rotinas de Processamento: das rotinas aplicáveis às serventias judiciais em geral.					
1.2.1.2 Dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.					
1.2.1.2.1 Disposições gerais.					
1.2.1.2.2 Dos Conciliadores.					
1.2.1.2.3 Dos Oficiais de Justiça.					
1.2.1.2.4 Dos Núcleos de Primeiro Atendimento dos Juizados Especiais Cíveis e dos Núcleos de Distribuição, Autuação e Citação dos Juizados Especiais Cíveis (NADAC).					
1.2.1.2.5 Das rotinas aplicáveis aos Juizados Especiais Cíveis: da intimação por via telefônica.					
1.2.1.2.6 Das rotinas aplicáveis aos Juizados Especiais Criminais.					
1.2.1.3 Das Centrais de Audiência de Custódia.					
1.2.1.3.1 Do cadastramento e processamento das audiências de custódia.					
1.2.1.3.2 Dos deveres dos servidores designados para atuarem nas Centrais de Audiência de Custódia.					
1.2.1.3.3 Do cadastramento no Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC-CNJ).					
2 Lei Federal nº 12.153/2009.					